



**CONTRADIÇÕES DO CAPITAL E RACIONALIDADE AMBIENTAL: DA CRÍTICA
MARXISTA À CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS¹**

**CONTRADICTIONS OF CAPITAL AND ENVIRONMENTAL RATIONALITY:
FROM MARXIST CRITICISM TO THE CONSTRUCTION OF SOCIO-ENVIRONMENTAL
PUBLIC POLICIES**

**CONTRADICCIONES DEL CAPITAL Y LA RACIONALIDAD AMBIENTAL: DE LA
CRÍTICA MARXISTA A LA CONSTRUCCIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS
SOCIOAMBIENTALES**

MARCOS ROGÉRIO REIS DA SILVA²

Universidade Federal de Rondônia – UNIR - Brasil

MARCUS VINICIUS RIVOIRO³

Universidade Federal de Rondônia – UNIR - Brasil

¹Resumo apresentado ao GT 1, no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

² Mestrando no Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, da Universidade Federal de Rondônia. Graduação em Direito pela Universidade Federal de Rondônia. Pós-graduando em Gestão Pública pela Escola Nacional de Administração Pública e em Psicologia Política pela USP. E-mail: marcos_rogerio@usp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2249795253388654>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6127-0938>.

³ Doutor em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestrado em Direito pela Universidade de Marília. Graduação em Direito pela Associação de Ensino Superior da Amazônia. Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: rivoiro@unir.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3723319383812250>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4780-5585>.



RESUMO

A intensificação da crise ambiental impõe desafios inéditos, que exigem respostas inovadoras na formulação de políticas públicas socioambientais, sobretudo em regiões de contexto de vulnerabilidade social, como na Amazônia. Este artigo investiga como a racionalidade capitalista contribui para a destruição de suas próprias bases socioambientais e quais alternativas podem emergir de epistemologias críticas orientadas pela racionalidade ambiental. Com base na crítica marxista das contradições do capital e na “segunda contradição” apontada por James O’Connor, o estudo dialoga com o pensamento de Enrique Leff para propor uma inflexão epistemológica, ética e política. A pesquisa bibliográfica e a análise categorial evidenciam que enfrentar a crise socioambiental amazônica requer uma ruptura civilizatória capaz de reinscrever a vida e a diversidade como fundamentos da ação pública. A racionalidade ambiental emerge, assim, como eixo para políticas entrelaçadas na diversidade territorial, cultural e ecológica, orientadas pelo diálogo de saberes e pela justiça socioambiental.

Palavras-chave: racionalidade ambiental; capital; contradição; Amazônia.

INTRODUÇÃO

A crise ambiental contemporânea expressa o esgotamento de uma racionalidade voltada à exploração ilimitada da natureza. Na Amazônia, esse colapso manifesta-se em conflitos fundiários, destruição ambiental, violência contra povos originários, e modelos



econômicos fundados na extração predatória de recursos (Becker, 2009; Teixeira e Xavier, 2018; Vasconcellos, 2024). A pesquisa parte da seguinte indagação: seria a racionalidade capitalista estruturalmente compatível com a sustentabilidade da vida na floresta? Inspirado em Marx (2004), O'Connor (2001) e Leff (2012), o estudo propõe analisar a transição entre a crítica marxista das contradições do capital e a proposta de racionalidade ambiental, com o objetivo de repensar as políticas públicas amazônicas à luz de uma epistemologia do diálogo de saberes. A pertinência do tema decorre da urgência em reconfigurar o paradigma da modernidade ocidental, superando a visão tecnocrática e antropocêntrica que sustenta as crises civilizatórias. Sua relevância acadêmica reside na possibilidade de ressignificar a Amazônia como centro ético e simbólico de uma nova racionalidade pública.

DESENVOLVIMENTO

O primeiro eixo analítico parte da crítica marxista às contradições internas do capitalismo, destacando o conflito entre forças produtivas e relações de produção. Marx (2004) revelou os limites sociais e históricos da acumulação, enquanto James O'Connor (2001) introduziu a “segunda contradição do capitalismo”, na qual o sistema destrói as bases naturais e sociais de sua própria reprodução. Essa dinâmica, por exemplo, é observável na Amazônia por meio do avanço agropecuário, da mineração e de megaprojetos que degradam ecossistemas e modos de vida tradicionais - como as usinas hidrelétricas de Belo Monte (PA), e, no rio Madeira, as de Santo Antônio e Jirau (RO) - que comprometem não apenas os ecossistemas, mas também os modos de existência de



povos originários, comunidades tradicionais e agriculturas de subsistência (Vasconcellos, 2024).

Na segunda parte, o artigo apresenta a racionalidade ambiental de Enrique Leff (2012) como ruptura epistemológica que propõe uma nova razão — ecológica, plural e insurgente. Essa racionalidade valoriza o diálogo entre saberes, as identidades culturais e as práticas territoriais, articulando ética, política e epistemologia na construção da sustentabilidade. Boaventura de Sousa Santos (2006) reforça essa inflexão ao propor uma “sociologia das ausências”, que resgata conhecimentos silenciados pela monocultura científica. A racionalidade ambiental, nesse sentido, é relacional e insurgente: reconhece a diversidade epistêmica como fundamento para políticas sustentáveis.

Aplicada à Amazônia, essa perspectiva exige deslocar o foco da técnica para a escuta dos territórios. Ou seja: a floresta deve ser pensada não como recurso, mas essencialmente como território de vida e conhecimento.

O terceiro eixo do artigo situa a Amazônia como território estratégico para a implementação dessa racionalidade. Historicamente tratada como fronteira econômica, a região exige uma virada de paradigma: de política extrativista, que desconsidera os modos de vida locais e reproduz lógicas coloniais de apropriação (Teixeira e Xavier, 2018; Svampa, 2019, Vasconcellos, 2024) para política do cuidado e da escuta (Leff, 2012). Essa mudança implica reconhecer saberes indígenas, práticas agroecológicas, cosmologias originárias, economia e política solidárias. A racionalidade ambiental traduz-se, assim, em políticas públicas dialógicas, sensíveis à diversidade e fundadas na justiça ecológica, cognitiva e social. Abaixo, sintetizam-se algumas dessas ações implementadas na Amazônia, que ilustram caminhos práticos em consonância com os fundamentos da racionalidade ambiental:



Quadro 1 - Ações implementadas na Amazônia em consonância com a racionalidade ambiental

Iniciativas	Descrição	Aspectos relacionados à racionalidade ambiental
Intercâmbio Kayapó–Ashaninka (AC e PA)	Troca de saberes entre os povos Kayapó-Mekrãgnoti (PA) e Ashaninka (AC) sobre agroecologia, piscicultura, educação e proteção territorial, realizada na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, no Acre. A experiência incluiu visitas às áreas de Sistema Agroflorestal (SAF), gestão comunitária e projetos de renda a partir de frutos nativos.	Fortalecimento de práticas sustentáveis indígenas, soberania alimentar, educação intercultural e governança territorial comunitária. Articulação entre saber tradicional e inovação sociotécnica com base ecológica e pedagógica.
Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal (CNJ)	Ação interinstitucional realizada em Xapuri (AC) e Boca do Acre (AM), de 23 a 27 de junho de 2025, com oferta de 76 a 77 serviços por localidade. Atendimentos jurídicos, civis, fundiários, de saúde e ambientais foram realizados junto a populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e agricultores familiares. Incluiu mutirões de audiências, oficinas educativas, serviços médicos e ações de cidadania, com foco em territórios vulnerabilizados.	Garantia de acesso à justiça e direitos em territórios periféricos; articulação entre justiça social e ambiental; reconhecimento de comunidades tradicionais como sujeitos de direito; promoção da dignidade com base territorial, cultural e ecológica.
Tempo Comunidade – Licenciatura Intercultural Indígena (UNIR/RO e MT)	Atividades de ensino realizadas diretamente nas aldeias, em 12 polos indígenas de Rondônia e Mato Grosso, com formação docente articulada aos contextos socioculturais dos povos originários. A ação é coordenada pela UNIR (Ji-	Formação superior baseada em saberes locais, territorialidade, diversidade linguística e pedagogias ancestrais. Integração entre universidade pública e projetos comunitários de bem-viver, reforçando a ecologia dos saberes na prática educacional.



	Paraná) e financiada pelo Prolind/MEC.	
Manejo florestal e movelaria comunitária na Flona do Tapajós (PA)	A Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós (Coomflona), com mais de 260 cooperados, promove o uso sustentável de produtos florestais não madeireiros e madeireiros, como mel, biojóias, látex e móveis artesanais a partir de resíduos de galhos. A madeira é legal, certificada e manejada com autorização do ICMBio, garantindo baixo impacto ecológico.	Integração entre conservação ambiental, geração de renda e valorização dos saberes comunitários. Iniciativa promove a circularidade dos recursos e articula sustentabilidade ecológica, inclusão social e economia solidária.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base em: Instituto Kabu (2023); Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2025); Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2024) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise socioambiental amazônica revela, portanto, o esgotamento da racionalidade capitalista e a necessidade de uma nova epistemologia da ação pública. A racionalidade ambiental, proposta por Enrique Leff, não é apenas um referencial teórico, mas um horizonte civilizatório que articula ciência, política e ética em torno da vida. Experiências como as apresentadas demonstram que já há práticas em curso que traduzem esse novo modo de pensar e governar. A transição para políticas públicas enraizadas nessa racionalidade requer enfrentar interesses consolidados e reconstruir o imaginário social sobre o que é desenvolvimento. Reinscrever a Amazônia como centro ético e político do



futuro é condição para instaurar uma nova gramática do comum, orientada pela justiça ecológica, pelo cuidado e pela sustentabilidade como fundamentos da democracia.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 172 p.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos** [1844]. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

O'CONNOR, James R. **Causas naturais: ensayos de marxismo ecológico**. Tradução de Victoria Schussheim. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 2001.

LEFF, Enrique. **Aventuras da Epistemologia Ambiental: Da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006 - (Coleção para um novo senso comum; v. 4).

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências** / Maristela Svampa; tradução de Lígia Azevedo. - São Paulo : Elefante, 2019

TEIXEIRA, M. A. D.; XAVIER, D. F. B. **Santo Antônio do Guaporé: direitos humanos, conflitos e resistência socioambiental**. Revista Direito e Práxis, v. 9, n. 1, p. 351–371, mar. 2018.

UNIR. **UNIR promove atividades de ensino em aldeias**. Universidade Federal de Rondônia, 16 abr. 2024. Disponível em: <https://www.unir.br/cartao/exibir/155>. Acesso em: 29 jun. 2025.



VASCONCELLOS, Patrícia Mara de. **Fronteiras da Amazônia e Violações dos Direitos Humanos: Uma visão a partir de Relatórios de Organizações Não Governamentais.** *In: Anais da Segunda Semana de Direitos Humanos da Universidade Federal de Rondônia - UNIR : 2º volume / org. Marcus Vinicius Xavier de Oliveira e Aparecida Luzia Zuin. - 1. ed. - São Carlos: De Castro, 2024. p. 181-197.*